



# **DINÂMICA GEOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL**

Eduardo Carissimi <sup>1</sup>  
Cesar De David <sup>2</sup>

## **RESUMO**

A criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, a partir da Lei nº 11.892/2008, engendrou a interiorização da oferta de ensino profissional e tecnológico (EPT) no território, com impactos significativos no Rio Grande do Sul. O estado abriga atualmente 42 câmpus formando uma rede que reflete processos políticos, institucionais e socioeconômicos. Este trabalho integra a elaboração de uma tese de doutorado que se encontra em andamento, visando compreender a lógica da distribuição espacial e a atuação regional dessas unidades, articulando conceitos de região, território usado e territórios luminosos e opacos. A metodologia, de abordagem dialética e quali-quantitativa, articula revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas e cartografia de forma a mapear as relações entre a distribuição dos câmpus, outras regionalizações, as dinâmicas territoriais e a análise de indicadores socioeconômicos. Alguns resultados preliminares apontam para uma distribuição descentralizada, com 60% dos câmpus situados em municípios de até 100 mil habitantes e com elevadas taxas de urbanização, ampliando o acesso à EPT à regiões distantes dos grandes centros. Observa-se, em caráter preliminar, associação positiva entre presença dos IFs e melhoria no desenvolvimento socioeconômico municipal. Ao longo da investigação, lacunas de pesquisa serão exploradas, especialmente referentes aos fatores e critérios para a escolha dos municípios sede, interações com outras regionalizações, a contribuição para reduzir desigualdades e para promover o desenvolvimento regional e sustentável.

**Palavras-chave:** Institutos Federais de Educação, Rio Grande do Sul, território, distribuição espacial.

## **RESUMEN**

La creación y expansión de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología en Brasil, a partir de la Ley nº 11.892/2008, impulsó la interiorización de la oferta de educación profesional y tecnológica (EPT) en el territorio, con impactos significativos en Rio Grande do Sul. El estado alberga actualmente 42 campus que conforman una red que refleja procesos políticos, institucionales y socioeconómicos. Este trabajo forma parte de la elaboración de una tesis doctoral en curso, cuyo objetivo es comprender la lógica de la distribución espacial y la actuación regional de estas unidades, articulando los conceptos de región, territorio usado y territorios luminosos y opacos. La metodología, de enfoque dialéctico y cuali-cuantitativo, combina revisión bibliográfica, análisis documental, entrevistas y cartografía para mapear las relaciones entre la distribución de los campus, otras regionalizaciones, las dinámicas territoriales y el análisis de indicadores socioeconómicos. Algunos resultados preliminares apuntan a una distribución descentralizada, con un 60% de los campus ubicados en municipios de hasta 100 mil habitantes y con altas tasas de urbanización, ampliando el acceso a la EPT en regiones alejadas de los grandes centros. Se observa, de manera preliminar, una

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, [eduardo.carissimi@acad.ufsm.br](mailto:eduardo.carissimi@acad.ufsm.br);

<sup>2</sup> Docente - Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, [cesar.david@ufsm.br](mailto:cesar.david@ufsm.br).



asociación positiva entre la presencia de los IF y la mejora en el desarrollo socioeconómico municipal. A lo largo de la investigación se explorarán vacíos de estudio, especialmente en lo que respecta a los factores y criterios para la elección de los municipios sede, las interacciones con otras regionalizaciones, así como la contribución a la reducción de desigualdades y a la promoción del desarrollo regional y sostenible.

**Palabras clave:** Institutos Federales de Educación, Rio Grande do Sul, territorio, distribución espacial.

## INTRODUÇÃO

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente a partir da Lei 11.892/2008, representou um marco significativo no processo de democratização e interiorização do ensino profissional e tecnológico no Brasil. A implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em diversas regiões do território nacional constitui uma política pública de grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional do país. No Rio Grande do Sul, a presença de três Institutos Federais – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) – com 42 câmpus distribuídos pelo território estadual, evidencia a materialização dessa política no espaço geográfico gaúcho.

O presente trabalho<sup>3</sup> se insere no escopo teórico da Geografia da Educação (GdE), campo de estudos e pesquisas em ascensão no Brasil (Gomes e Serra, 2019). Estes mesmos autores, associados a Eduardo Giroto, propõem refletir acerca das Geografias da Educação (Giroto; Serra; Gomes, 2025), tendo como premissa que há uma variedade de questões voltadas à educação passível de ser pesquisada a partir de sua dimensão espacial. Nesta perspectiva, buscando contribuir com o debate no âmbito da GdE, parte-se do pressuposto de que a distribuição espacial dos IFs no território gaúcho não é aleatória, mas decorrente de processos políticos, institucionais e socioeconômicos que refletem tanto a dinâmica territorial quanto as relações de poder que estruturam o espaço geográfico. Busca-se compreender, portanto, como ocorrem os processos que orientam a lógica de localização e atuação regional dos câmpus dos IFs no RS, investigando suas inter-relações com as dinâmicas locais e regionais. O território, enquanto espaço de relações de poder e caracterizado em concepções como “território usado” e “territórios luminosos e opacos”, constitui elemento central nesta análise, pois, como afirma Milton Santos, há um “imperativo territorial na produção de

---

<sup>3</sup> Este trabalho reflete a proposta de tese de doutorado em andamento, construída pelo autor 1 sob a orientação do autor 2, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO/UFSM.



educação" que estabelece uma relação biunívoca entre o território e o sistema educacional. A materialização dos IFs no espaço representa, portanto, não apenas a presença física de instituições educacionais, mas também a inserção de uma nova dinâmica técnica e informacional que, ou contribui para a transformação de territórios historicamente opacos em espaços luminosos, ou atende os princípios da atração do capital, onde territórios luminosos possuem mais poder técnico e político para atrair novas unidades nos processos de expansão da rede, ampliando as desigualdades regionais.

A relevância científica e social desta investigação reside na possibilidade de compreender criticamente a regionalização dos IFs como política pública educacional e seu impacto no desenvolvimento territorial, preenchendo uma lacuna nos estudos geográficos sobre o tema, como constatado na revisão bibliográfica realizada. Entender essa dinâmica a partir de um olhar geográfico permite avaliar como as políticas de expansão e consolidação dos IFs dialogam com as disparidades regionais e com outras regionalizações existentes no território gaúcho.

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se no método dialético, com abordagem quali-quantitativa, utilizando análise documental, entrevistas semiestruturadas e técnicas cartográficas para mapear e analisar a dinâmica geográfica dos IFs no RS. A fundamentação teórica prevê abordar os aspectos teórico-conceituais sobre região e território, a evolução histórica da rede federal de educação profissional, a análise empírica da distribuição espacial dos câmpus no RS e, finalmente, as contribuições e desafios dessa rede para a redução das desigualdades socioespaciais no estado.

A expansão e os resultados da atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil têm sido vistos como uma oportunidade para o desenvolvimento da educação e formação profissional no país. No Rio Grande do Sul os IFs têm se destacado como instituições de ensino de qualidade e referência nas áreas de tecnologia, ciência e educação. Neste sentido, compreender a distribuição espacial de suas unidades no território gaúcho se faz necessário para avaliar se as políticas de expansão e consolidação têm sido eficientes, coerentes com o seu propósito político-institucional, convergentes com o desenvolvimento regional, se dialogam com a comunidade e se são acessíveis à população.

A presente investigação tem como recorte espacial o território do Estado do Rio Grande do Sul, sobre o qual se debruça a análise geográfica da distribuição das unidades (câmpus<sup>4</sup>) dos IFs em relação ao desenvolvimento regional e aos demais processos de

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, referente à ortografia do vocábulo câmpus, com acento circunflexo e grafado da mesma forma tanto no singular como no plural, seguimos a orientação de Faulstich (2016).





regionalização, a exemplo dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), e das regiões imediatas e intermediárias estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Ainda que o embrião das escolas técnicas federais remete ao início do século XX, busca-se compreender o processo de organização espacial dos IFs gaúchos a partir da estruturação da rede de educação profissional e tecnológica constante na Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

O acesso à educação pública e de qualidade é um imperativo para o processo de desenvolvimento regional. Neste contexto, a estruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) assume importância, pois, a partir do processo de descentralização e interiorização dos IFs, objetiva ofertar cursos com qualidade em diversas etapas e modalidades da educação, atuando junto à população, instituições e empresas locais, potencializando o desenvolvimento das regiões onde está inserida e representada pelos seus câmpus.

Castro, Plácido e Medeiros (2023) chamam a atenção para o papel da Geografia em uma análise mais ampla sobre o desenvolvimento, à medida que se constitui como a ciência que estuda e analisa o espaço e as múltiplas articulações engendradas pelos distintos atores e agentes sociais que nele interagem, afirmando que:

O desenvolvimento educacional, para além da perspectiva do senso comum, que o associa ao crescimento e desenvolvimento econômico, está intimamente relacionado ao acúmulo de felicidade que a democratização dos acessos ao conhecimento e informação podem proporcionar (Castro, Plácido e Medeiros, 2023, p. 516).

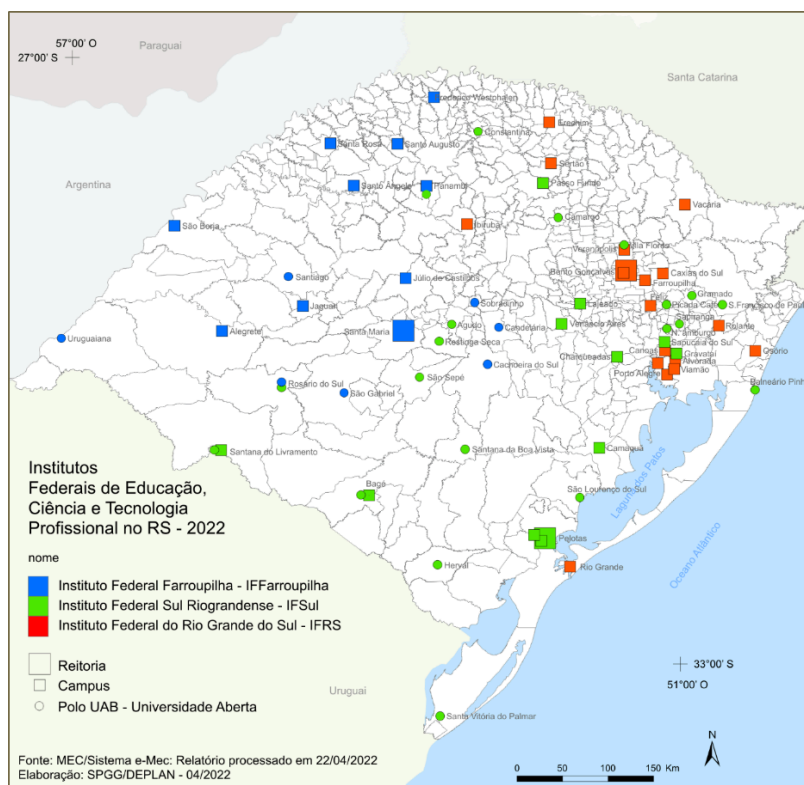
É nesta perspectiva que emergem as políticas públicas de interiorização da educação profissional, científica e tecnológica (EPT), iniciadas no Século XX e intensificadas a partir do Século XXI no Brasil. A partir da Lei Nº 11.892/2008 (Brasil, 2008) foram estabelecidas as bases legais para a criação de 38 Institutos Federais de Educação, distribuídos em todos os estados do país e no distrito federal, performando 656 unidades, 11.814 cursos e mais de 1,5 milhão de matrículas (BRASIL, 2022).

No Estado do Rio Grande do Sul existem três institutos federais em atuação. O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), com a Reitoria em Pelotas e 14 câmpus; o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), com a Reitoria em Bento Gonçalves e 17 câmpus; e o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), com a Reitoria em Santa Maria e 11 câmpus. Juntos, somam 42 câmpus, 1.117 cursos e mais de 540 mil matrículas, sendo 57.408 em cursos presenciais (BRASIL, 2023).



Os câmpus dos IFs foram criados em períodos distintos, obedecendo a quatro fases de expansão no período entre 2008 e 2024. Instalados em regiões diferentes no território do RS, frutos de processos políticos e econômicos distintos, concebe-se a importância de compreender as razões que influenciam a distribuição territorial dos câmpus e como a organização espacial da rede tem dialogado com e atendido às demandas de formação educacional das regiões.

O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2024) traz um mapa (figura 1) com a espacialização dos IFs, suas Reitorias, câmpus e polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Atualizado pela última vez em 2022, o mapa contém equívocos, como a inexistência do Câmpus São Vicente do Sul e a caracterização do Câmpus Uruguaiana como polo e não como câmpus, ambos do IFFAR. No IFSUL, o Câmpus Avançado Jaguarão também não é apresentado no mapa, e os câmpus Sapiranga e Novo Hamburgo são erroneamente caracterizados como polos. Em março de 2024 o governo federal (Brasil, 2024) anunciou a criação de cem novas unidades de IFs no Brasil, sendo cinco delas no RS, que estão em obras e implementação nos seguintes municípios e respectivos IFs: Caçapava do Sul e São Luiz Gonzaga (IFFAR); São Leopoldo (IFSUL); Porto Alegre e Gramado (IFRS). Portanto, cabe a esta investigação proceder a atualização desta cartografia.



**Figura 1: Institutos Federais de Educação - Rio Grande do Sul (2022)**

Fonte: Rio Grande do Sul (2024). <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br>



A distribuição dos câmpus dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Rio Grande do Sul apresenta-se como um tema relevante a ser investigado, uma vez que essas instituições são responsáveis por promover o acesso à educação básica, técnica e tecnológica, assim como à formação profissionalizante em diversas áreas do conhecimento. Compreender e mapear a distribuição espacial dessas unidades torna-se essencial para analisar se as políticas de expansão e consolidação dos IFs têm sido efetivadas, se atendem ao seu propósito político-institucional, se promovem o desenvolvimento regional e se contribuem para a inclusão social.

Com base nestas considerações, as questões de pesquisa consistem em: 1) qual é a lógica de localização espacial e de atuação regional dos câmpus dos IFs no território do Rio Grande do Sul, a partir dos processos políticos e institucionais que orientam essa dinâmica? 2) Há diálogo e inter-relação entre a regionalização dos IFs e as demais regionalizações socioespaciais no território do RS? 3) Qual é a influência da interiorização da rede de IFs na constituição dos territórios luminosos e opacos no território gaúcho?

Ao buscar identificar o perfil dos municípios que possuem câmpus e se a distribuição dos IFs no RS está relacionada às demandas regionais e à oferta de infraestrutura nas municipalidades, se a instalação dos câmpus é ou foi influenciada por controles e alinhamentos políticos e pela disponibilidade de recursos, ou se segue critérios claros e orientados a uma política institucional, pretende-se entregar à sociedade um estudo diferenciado.

Em uma busca no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizada em maio de 2025, utilizando a expressão “interiorização dos institutos federais de educação”, foram obtidos quarenta resultados, sendo quinze teses de doutorado, treze dissertações de mestrado profissional e doze dissertações de mestrado, publicadas entre 2011 e 2023. Estes trabalhos contemplaram onze áreas do conhecimento, com destaque para educação (7 trabalhos), planejamento urbano e regional (4) e sociais e humanidades (9), cinco delas advindas do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e orientadas pelo Prof. Gaudêncio Frigotto. Das quinze teses de doutorado encontradas, parte significativa aborda questões relacionadas a processos de gestão e administração pública, enquanto outra parcela expressiva se detém a aspectos ligados à educação, didática e pedagogia. Nenhuma delas é oriunda de algum programa de pós-graduação em Geografia. Apenas quatro delas dialogam com o propósito aqui apresentado, no sentido de analisar as relações entre a EPT e os IFs enquanto política





pública e o desenvolvimento territorial e regional, ainda que sejam distintas da proposição que apresento. Ao proceder a busca fazendo uso do termo “regionalização dos institutos federais”, retornam apenas quatro resultados, sendo apenas uma tese, em Geografia, e que é utilizada como referência na presente proposta. Ao utilizar as palavras-chave “institutos federais” e “território” juntas no campo de busca, obteve-se oitenta e cinco resultados, sendo vinte e quatro teses. Destas, sete foram defendidas em PPGs da área da educação, três em planejamento urbano e regional e três em Geografia. Sete destas teses têm alguma relação com o espaço geográfico, com propósitos distintos. Infere-se, portanto, um campo de estudo a ser explorado, buscando, para além da descrição do desenho dos arranjos territoriais estabelecidos pela localização das instalações dos câmpus dos IFs, compreender as dinâmicas geográficas engendradas pelas unidades da RFEPCCT no território do Rio Grande do Sul e suas áreas de abrangência.

Os objetivos desta investigação consistem:

#### Objetivo Geral

Compreender a lógica da localização espacial e da atuação regional dos câmpus dos Institutos Federais no território do Rio Grande do Sul, a partir dos processos políticos e institucionais que orientam essa distribuição, em suas interrelações com as dinâmicas políticas, econômicas e sociais das regiões.

#### Objetivos específicos

- Identificar as especificidades da organização espacial e a regionalização dos IFs e os seus respectivos câmpus e reitorias no território do Rio Grande do Sul.
- Relacionar a diversidade regional da distribuição dos câmpus dos IFs e as demais regionalizações socioespaciais do território do RS.
- Analisar a distribuição dos câmpus dos IFs no Rio Grande do Sul à luz da teoria dos territórios luminosos e opacos, identificando em que medida sua implantação contribui para a ampliação da densidade técnica e informacional em territórios historicamente opacos e para a redução das desigualdades socioespaciais no estado.

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os conceitos de região e regionalização



A origem etimológica da palavra região deriva do latim regio que se referia à unidade político-territorial-administrativa em que se dividia o Império Romano. A raiz etimológica do termo está no verbo regere, ou seja, governar e administrar. Gomes (2010, p. 50) aponta que a regione dos tempos do Império Romano era adotada “... para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma”. A ideia e o significado original do termo denotam assim um conteúdo político, ligado aos mecanismos de dominação, resultantes de uma dada situação hegemônica, de posse, de conquista, de controle, de exercício de poder. Ao longo da história moderna do pensamento geográfico, o termo região passa a se associar à noção fundamental de “diferenciação de área”, à aceitação da ideia de que a superfície terrestre é constituída por áreas diferentes entre si (CORRÊA, 1987).

Paulo Cesar da Costa Gomes faz um apanhado histórico bastante interessante sobre o conceito de região, acompanhando os debates epistemológicos realizados desde o século XIX e principalmente durante o século XX, períodos nos quais a própria Geografia teve a sua gênese enquanto campo científico e passou por transformações importantes. Abrangendo desde as perspectivas mais descritivas às mais críticas, sua análise não visa “... produzir um novo conceito de região, adaptado à contemporaneidade”, mas ressalta a importância de considerar em sua expressão a reflexão política de base territorial, as comunidades de interesse identificadas a uma determinada área, as discussões acerca dos limites da autonomia de uma porção do espaço em relação a um poder regulador centralizado, considerando “...um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território” (GOMES, 2010, p. 73).

Os conceitos de região e regionalização são extremamente importantes para a abordagem sobre a distribuição territorial dos IFs. Para Corrêa (1987) a região deriva da lei do desenvolvimento desigual e combinado formulada pelo marxista russo León Trotsky, dada a sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e em função das diferentes relações de trabalho que se estabelecem. Segundo o autor,

pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 1987, p. 45-46).





Silveira (2016, p. 6) contribuiu para este debate ao dialogar com referências teóricas sobre a Geografia Regional. De acordo como autor:

Na verdade, os diferentes espaços do mundo, em especial as regiões, ao invés de serem pensados como simples reservas de recursos sem passado nem futuro, reafirmam sua condição de estrutura de organização e de interações sociais. O espaço revela-se um elemento chave na articulação das distintas temporalidades sociais.

Essa concepção de que as regiões não se apresentam como meros receptáculos passivos aos interesses hegemônicos, sobretudo do capital, mas como espaços de resistência e identidade, críticos ao processo de globalização, articulados ao tempo-espaço e defensores da diferenciação espacial é compartilhada por autores como Milton Santos (1996), Roberto Lobato Corrêa (1987) e Rogério Haesbaert (2010). Santos (1996, p. 196) nos ensina que: “Cada lugar (região) é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local (regional), convivendo dialeticamente.”

O pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro traz luz à discussão em torno do processo de regionalização, examinando-o como fato e como ferramenta. A regionalização como fato caracteriza-se pela construção das regiões por meio de disputas de poder, onde o uso e a apropriação do território refletem relações sociais e políticas. Esse processo histórico não é neutro, sendo moldado por tensões entre ações hegemônicas e de resistência. A análise exige a periodização histórica (Santos e Silveira, 2011), que ajuda a entender como as divisões territoriais e as hierarquias sociais se formam ao longo do tempo. Assim, as regiões não são apenas espaços geográficos, mas resultantes de processos históricos e culturais de poder e controle. A concepção da regionalização enquanto ferramenta relaciona-se ao planejamento territorial efetuado pelo Estado, ao moldar as regiões de acordo com suas necessidades políticas e econômicas. Essa regionalização envolve o uso de recursos técnicos e ideológicos, sob influência de forças sociais, estratégias de poder e discursos que visam a construção de uma homogeneidade na prática. Ela se destaca especialmente em contextos de transformações econômicas e políticas, como no caso de atores hegemônicos que utilizam a regionalização para desestabilizar a estrutura espacial existente. Contudo, defende Ribeiro, sua eficácia depende do conhecimento da regionalização como fato, pois é a partir dessa compreensão que surgem os recursos essenciais e as possibilidades de resistência à ação hegemônica. A disputa pela definição de fronteiras e divisões territoriais é um processo dinâmico, onde movimentos sociais, corporações e o Estado estão envolvidos.

Segundo a autora,



... o ato regionalizador compreende a institucionalização de fronteiras e limites, com vistas à implementação de uma determinada ação: analítica, política, econômica, enfim social. Trata-se da definição do cenário, do contexto e da escala correspondentes aos objetivos da ação, implementada ou pretendida. Regionalizar envolve: espaço – tempo - ação social e, portanto, sujeitos e conflitos sociais (RIBEIRO, 2015, p. 200).

Haesbaert (2010) ao refletir sobre a relação indissociável entre região e regionalização, atribui a esta última a qualidade de instrumento de análise, ação e intervenção no espaço geográfico, visando sua transformação, revelando um sentido mais normativo e político vinculado aos mecanismos de planejamento e à aplicação de políticas setoriais e de desenvolvimento regional, o que converge com a presente proposta de investigação sobre a regionalização dos IFs no RS.

#### A rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o território

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica atual é constituída por instituições que se originaram, em grande parte, das Escolas de Aprendizes Artífices criadas pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do decreto Nº 7.566 de 1909 (BRASIL, 1909; VIDOR; PACHECO; et al; 2011).

Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, tais quais como conhecemos hoje, foram estabelecidos pela Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, sancionada pelo presidente da república à época com o seguinte texto: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Em seu segundo artigo, a referida legislação define os Institutos Federais como

“... instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei”. (BRASIL, 2008).

A formação da rede federal EPT constituiu uma nova concepção acerca do papel e presença do sistema federal de ensino na oferta pública de educação profissional e tecnológica. Isto

“... se materializa no desenho de um novo padrão de instituição, os denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais ou IFs), estruturados a partir dos vários modelos existentes e da experiência e capacidade



instaladas especialmente nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), nas escolas técnicas e agrotécnicas federais e nas escolas técnicas vinculadas às universidades federais” (BRASIL, 2018).

Nos IFs, obrigatoriamente, 50% das vagas ofertadas devem ser em cursos técnicos de nível médio, especialmente na forma integrada. Outros 20% das vagas devem atender a cursos de licenciatura e a programas de formação pedagógica destinados a profissionais da educação básica. À Educação de Jovens e Adultos (EJA), corresponde 10% da oferta. Os 20% restantes podem ser designados a bacharelados, cursos técnicos subsequentes e pós-graduações Lato sensu e Stricto sensu.

Em seu sexto artigo, a Lei 11.982/2008 (Brasil, 2008) estabelece como principais finalidades dos IFs a oferta de educação profissional e tecnológica visando a atuação profissional de seus formandos em diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Busca, em seus processos educativos e investigativos, promover soluções técnicas e tecnológicas consonantes às demandas sociais e especificidades regionais, através da verticalização da oferta educacional, desde a educação básica perpassando pela educação profissional e superior até a pós-graduação, otimizando a infraestrutura física, os recursos humanos e os mecanismos de gestão. A orientação das ofertas formativas de cada unidade de instituto federal deve contribuir à consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados por meio de mapeamento das potencialidades e oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural do seu âmbito de atuação. Cabe aos IFs, ainda, além das atividades notadamente de ensino, desenvolver e promover ações de extensão comunitária e de pesquisa aplicada, alcançando à população do seu território projetos, programas e recursos, resultados das atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas, de acordo com o tripé ensino-pesquisa-extensão, constante em sua missão institucional.

Silva (2018) propõe em sua tese uma abordagem geográfica sobre as instituições de ensino e as suas dinâmicas regionais. Pondera que a distribuição espacial das instituições de ensino e suas áreas de influência constituem aspectos relevantes ao planejamento tanto da educação quanto do território. Nesse sentido, o território se coloca como um campo de forças, onde relações sociais e de poder operam espacialmente por meio do trabalho (Souza, 2010). A espacialidade oriunda da distribuição desigual dos equipamentos técnicos e institucionais no território, no caso desta pesquisa dos IFS no território gaúcho, remete à categorização de espaços luminosos e opacos. De acordo com Santos e Silveira (2011, p. 264),





Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos.

Ao identificar se os institutos foram implantados em áreas opacas - com baixa densidade técnica e informacional ou luminosas - já integradas a circuitos econômicos dinâmicos, é possível avaliar em que medida sua presença contribui para a redução de desigualdades espaciais e para a promoção de um desenvolvimento territorial mais justo. Essa abordagem permite transcender a mera descrição da distribuição geográfica, articulando-a a processos políticos e socioeconômicos estruturantes – como a seletividade espacial do capital e a histórica concentração de infraestrutura educacional em centros urbanos. A análise possibilitará compreender se os IFs atuam como agentes de "luminosidade" em territórios periféricos, ampliando sua densidade técnica através da oferta educacional e fomentando circuitos locais de desenvolvimento.

Milton Santos critica o caráter limitante e insuficiente de uma Geografia considerada como a disciplina preocupada (somente ou majoritariamente) com as localizações. Em contraposição, o autor propõe uma análise totalizadora e abrangente que relaciona o espaço geográfico ao conceito de território usado, o qual "... é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas". Nesta perspectiva, a riqueza da Geografia reside na possibilidade de pensar, de forma concomitante, "... os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história".

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS, 2000, p. 104-105).

A transposição dos ensinamentos do sistema de objetos e ações em inter-relação proposto por Milton Santos (1996) para a realidade da distribuição espacial dos IFs no território do RS é oportuna, dada a relação dialética que se estabelece. Santos e Silveira (2000) defendem que a desigual difusão, tanto qualitativa quanto quantitativa das instituições de ensino contribuem para essa relação ambígua de influências entre território e sistema educacional. E complementam:

Acreditamos que haja um imperativo territorial na produção de educação. Essa ideia, entretanto, não é suficientemente utilizada nas tarefas de planejamento educacional. Esse imperativo permite pensar que há uma relação biunívoca entre educação e



território. A Educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 57).

Os IFs constituem, portanto, partes de um território e, enquanto instituições públicas “... de ensino, pesquisa e extensão, têm compromisso não apenas com estes objetivos, mas, também, com os processos políticos, econômicos e sociais desse território”, bem como com o desenvolvimento sustentável, inclusivo e regional (PACHECO, 2023, p. 65).

## **METODOLOGIA**

A distribuição espacial da rede de IFs no RS, bem como a sua atuação, tanto em rede quanto individualmente pelos câmpus, resultam do conjunto de forças sociais, culturais, econômicas e políticas em constante conflito no território. Segundo Gil (2024, p. 14), “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc”. Nesta perspectiva, esta investigação é ancorada no método dialético, fundamentado no quadro de referência do materialismo histórico, que, por sua vez, visa enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais, em que pese a relação dialética entre a infraestrutura, o modo de produção e a sociedade (Gil, 2024). Possui caráter exploratório e abordagem quali-quantitativa. Busca-se, a partir de uma perspectiva crítica apoiada na concepção de educação e território (Santos e Silveira, 2000), investigar e discutir sobre a relação entre os IFs (educação) e o território gaúcho, o quanto este último influencia na forma de organização socioespacial das estruturas, ao mesmo tempo que se analisa o quanto as estruturas educacionais interferem e modificam o território. Observa-se que o território não é homogêneo em suas múltiplas escalas, especialmente na escala nacional, estadual e regional, que são abordadas com mais ênfase nesta investigação, o que motiva compreender os fatores socioespaciais presentes e atuantes nas regionalizações da rede federal de educação profissional e tecnológica, enquanto atos políticos pertencentes a processos sociais, a despeito da distribuição heterogênea dos IFs no território do Estado do Rio Grande do Sul.

Para alcançarmos o primeiro objetivo, será realizada a análise documental, baseada nos dados secundários obtidos sobre a rede federal de educação, nos portais da Plataforma Nilo Peçanha, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC-MEC), do



Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), nos sistemas digitais dos IFs, jornais, revistas e publicações alusivas à instalação e funcionamento dos IFs.

Para atingir o segundo objetivo mencionado, além da pesquisa documental explicitada anteriormente, relacionando os dados e indicadores socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS (COREDES), caracterizando os municípios e regiões envolvidos, será realizada a aplicação de entrevistas semiestruturadas junto à atuais reitores, reitores à época da criação dos IFs, pró reitores, ao secretário de educação profissional e tecnológica do MEC à época da criação dos IFs e, também, junto a autoridades ligadas aos Coredes, às prefeituras municipais, vereadores, deputados e senadores, lideranças locais e regionais que participaram dos processos de mobilização para a instalação dos câmpus em suas comunidades. A escolha pela modalidade de entrevistas semiestruturadas se dá: pela liberdade dada à pessoa entrevistada, dada a inexistência de respostas prévias às questões formuladas; pela pré-determinação das questões, relativas à instituições, câmpus, municípios candidatos à sede de IFs, processos políticos de implementação, entre outros, fornecendo os primeiros recortes do contexto (Heidrich, 2016) e; pela possibilidade de alterar a ordem das questões de acordo com as respostas obtidas junto ao entrevistado, de modo a dar maior fluidez ao processo e coesão entre os temas em discussão (Gil, 2024). Os dados coletados serão analisados empregando o recurso metodológico da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016).

O terceiro objetivo requer o uso de recursos cartográficos e sistemas de informação geográfica (SIG) para o mapeamento temático e espacialização dos dados referentes ao processo de regionalização dos IFs no território do Rio Grande do Sul, bem como à identificação dos espaços luminosos e opacos oriundos dessa distribuição. Considerar-se-á as matrículas em cursos presenciais no ano de 2025 como base para a averiguação dos municípios de procedência dos estudantes de cada câmpus, a taxa de matrícula a cada cem mil habitantes e a distância em quilômetros dos municípios de origem dos estudantes matriculados em relação ao câmpus, de modo a delimitar a área de abrangência de cada unidade. Estes dados, sistematizados e incorporados ao SIG, permitirão analisar o território do RS com maior acurácia na perspectiva da EPT.

Concebe-se, nesta análise, três dimensões de ação metodológica: a interna, referente às políticas institucionais e a execução dos propósitos político-pedagógicos de cada câmpus e instituição; a externa, relativa à atuação dos IFs junto às suas comunidades e regiões; e a documental, atrelada aos dados, indicadores, mapas e informações obtidas por meio das



entrevistas e interações com os atores que contribuíram para a instalação e consolidação da rede de institutos federais de educação no território do Rio Grande do Sul.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se que a presente proposição pode, através de seus resultados, subsidiar políticas públicas de expansão, consolidação e reorientação da rede federal de IFs no território do RS, bem como ser metodologicamente replicada em outros contextos estaduais e/ou escalas de análise, contribuindo para o aprimoramento do planejamento da EPT.

Quanto ao perfil dos municípios sede dos câmpus dos IFs no RS, considerando o caráter “construção de tese em andamento” desta investigação, os dados iniciais apresentam a distribuição dos câmpus nas faixas de população, conforme pode-se observar na Tabela 1:

**Tabela 1 - Número de câmpus, por IF, de acordo com as faixas de população dos municípios sede (2022).**

IF	População - 2022 (x1000)						Total
	< 40	40 - 70	70 - 100	100 - 200	200 - 500	> 500	
<b>IFSUL</b>	2	2	2	2	5	0	14
<b>IFFAR</b>	5	2	3	1	0	0	11
<b>IFRS</b>	5	2	1	4	3	2	17
<b>TOTAL</b>	12	6	7	7	8	2	42

Fonte: IBGE (2023)

Org.: os autores.

Aproximadamente 60% dos câmpus estão situados em municípios com até cem mil habitantes, o que denota uma descentralização da distribuição dos IFs em relação à região metropolitana. Inclusive, nenhuma das reitorias está sediada na capital gaúcha, o que configura uma particularidade em relação a todos os demais estados brasileiros. Porto Alegre é o único município do RS com mais de 500 mil habitantes, com seus 1,3 milhão de habitantes, abrigando dois câmpus do IFRS. Destaque também para os grandes municípios, com população entre duzentos e quinhentos mil habitantes, que sediam oito unidades, em torno de 19% do total de câmpus, a exemplo de Caxias do Sul (IFRS) e Passo Fundo e Pelotas (IFSUL), definidas pela rede de influência das cidades (REGIC 2018) como capitais regionais (IBGE, 2020).

A tabela 2 apresenta a taxa de urbanização dos municípios sede dos câmpus dos IFs no RS, indicando a correlação com a realidade da maioria dos municípios brasileiros, bem como do próprio país, avançando para superar os 90% de população urbana (IBGE, 2023).

**Tabela 2 - Número de câmpus, por IF, de acordo com a taxa de urbanização do município sede (2022).**

IF	Taxa de Urbanização				Total
	50 - 70%	70 - 80%	80 - 90%	90 - 100%	
<b>IFSUL</b>	1	0	1	12	14
<b>IFFAR</b>	1	1	4	5	11
<b>IFRS</b>	1	2	3	11	17
<b>TOTAL</b>	3	3	8	28	42

Fonte: IBGE (2023)

Org.: os autores.

São mais de 66% dos câmpus situados em municípios com população urbana superior a 90%. Se contarmos a taxa de urbanização superior a 80%, mais de 85% dos câmpus se enquadram nesta condição. O IFSUL é o instituto federal com o maior percentual de câmpus em municípios com 90% ou mais de população urbana, totalizando 85,7% dos seus câmpus. O IFFAR possui 45,5% dos seus câmpus nesta condição e 36,4% dos câmpus em municípios com 80% a 90% de urbanização, totalizando 81,9% dos seus câmpus em municípios com 80% de urbanização ou mais. O IFRS possui 64,7% dos seus câmpus em municípios com urbanização superior a 90% e 17,6% em municípios entre 80% e 90% de população urbana, totalizando 82,3% de suas unidades sediadas em municípios com urbanização superior a 80%.

A localização do sítio dos câmpus foi investigada, gerando os seguintes dados: dos 42 câmpus de IFs no RS, 29 (69%) estão nas zonas urbanas dos seus municípios sede e 13 (31%) câmpus localizam-se nas áreas rurais. O IFFAR é o instituto federal com maior número de unidades no meio rural (72,7%), enquanto o IFSUL é o instituto com apenas um câmpus situado na zona rural, enquanto seus outros 13 câmpus (92,8%) localizam-se nas áreas urbanas.

Com relação à densidade demográfica (IBGE, 2022, 2024) dos municípios sede dos câmpus dos IFs, destaque para o IFRS, que possui o maior número de unidades localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, a exemplo de Canoas (2.658,46 hab/km<sup>2</sup>), Alvorada (2.612,48 hab/km<sup>2</sup>) e os câmpus Porto Alegre e Restinga (2690,5 hab/km<sup>2</sup>). Na sequência o



IFSUL, no qual se destacam Sapucaia do Sul (2.268,05 hab/km<sup>2</sup>), Lajeado (1.031,33 hb/km<sup>2</sup>) e Novo Hamburgo (1.022,96 hab/km<sup>2</sup>). O IFFAR, dada a localização de suas unidades predominantemente na porção oeste do estado, onde os municípios possuem maior área territorial, apresenta os menores índices de densidade demográfica dos municípios sede, não alcançando mais do que 157,27 hab/km<sup>2</sup>, registro de Santa Rosa.

Com relação aos indicadores de desenvolvimento, investigou-se os municípios sede dos câmpus dos IFs adotando o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2025), que consiste em um estudo de acompanhamento socioeconômico dos municípios brasileiros e que considera três áreas: emprego/renda, educação e saúde. O uso deste indicador se justifica dada a sua periodicidade, o que permite analisar a evolução de cada município ao longo do tempo, e o seu rigor metodológico, ao contemplar variáveis que superam o viés puramente econômico do desenvolvimento, alcançando também a dimensão social. O IFDM varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento socioeconômico da localidade. A classificação dos municípios de acordo com o IFDM é estabelecida da seguinte forma: 0 a 0,4 - crítico; 0,4 a 0,6 - baixo; 0,6 a 0,8 - moderado; 0,8 a 1 - alto. A análise evolutiva considerou os índices nos anos de 2013 e 2023, constatando que: em 2013 havia treze municípios sede com o IFDM “baixo”, enquanto em 2023 esse número reduziu para três, portanto dez municípios sede de IFs avançaram para a classificação “moderado” no período; dos vinte e oito municípios com a classificação “moderado” em 2013, dez municípios alcançaram a classificação “alto” em 2023. Dos 40 municípios<sup>5</sup> sede de IFs, dez (25%) possuem o IFDM alto, com destaque para Lajeado, Novo Hamburgo e Santa Rosa; vinte e sete (67,5%) estão com o índice moderado, tendo Venâncio Aires, Sapiranga e Panambi próximos de alcançar a categoria “alto” e; três municípios sede ainda permanecem com o índice IFDM considerado “baixo”.

Evidencia-se, portanto, que a rede de IFs no RS revela uma implantação descentralizada, atendendo às diversas realidades demográficas e urbanas do estado, com concentração maior de câmpus em municípios de pequeno e médio porte e forte presença em áreas com alta taxa de urbanização. Essa configuração possibilita o acesso à EPT à populações afastadas dos grandes centros, ampliando o alcance social e regional das políticas públicas de educação. O avanço do IFDM, especialmente referente a redução do número de municípios com IFDM “baixo” e o crescimento daqueles classificados como “moderados”,

---

<sup>5</sup> Os 42 câmpus de IFs no RS são distribuídos em 40 municípios. Porto Alegre e Pelotas possuem duas unidades cada.





indica que a presença dos IFs pode, obviamente associada a outros fatores, contribuir para o fortalecimento socioeconômico local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visa apresentar à comunidade científica a proposta de elaboração de uma tese de doutorado em andamento, ancorada no campo da Geografia da Educação (GdE), visando analisar a lógica da distribuição espacial e atuação regional dos câmpus dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Rio Grande do Sul, articulando fatores políticos, econômicos, educacionais e socioespaciais. A abordagem prevista para a construção e desenvolvimento da tese, integrando revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas e SIG, pode subsidiar políticas de expansão e consolidação da rede a partir da caracterização territorial dos IFs, seus municípios sede, suas regiões de abrangência e suas articulações. Os resultados preliminares indicam implantação descentralizada, com 60% das unidades em municípios de até 100 mil habitantes e elevada taxa de urbanização, ampliando o acesso à EPT em regiões fora dos grandes centros. Observa-se correlação positiva entre a presença dos IFs e a melhoria do desenvolvimento socioeconômico (mensurado a partir do IFDM) em parte dos municípios sede, sugerindo potencial contribuição para o desenvolvimento local. Persistem lacunas a explorar, como os fatores e critérios para a definição dos municípios sede, as relações de cada câmpus de IFs com as suas regiões de abrangência, a articulação com outras regionalizações a exemplo das regiões intermediárias e imediatas do IBGE e a relação da regionalização dos IFs no RS com a categoria de territórios luminosos e opacos, a partir das contribuições de Milton Santos. Ao compreender os IFs como agentes estruturantes do território, reforça-se seu papel estratégico para a redução de desigualdades, para o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade e para a promoção do desenvolvimento regional e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Casa Civil. **Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BRASIL. **Instituições da Rede Federal**. Brasília: Portal MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 24 set. 2023.



BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Estatísticas da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: PNP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 05 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica - concepções e diretrizes**. Brasília: SETEC, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**, Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**. p. 6975, de 26 de setembro de 1909. Rio de Janeiro, RJ, 1909. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 28 out. 2023.

CASTRO, Cloves Alexandre; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 6, p. 516–533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 24 out. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.  
FAULSTICH, Enilde. **Câmpus ou campus/campi? Qual vocábulo usar?** Pelotas: IFSUL, 2015. Disponível em: <https://ifsul.edu.br/ultimas-noticias/476-campus-ou-campus-campi-qual-vocabulouser>. Acesso em: 08 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. [4ª reimpressão]. São Paulo: Atlas, 2024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991>. Acesso em: 07 mai. 2025.

GIROTTTO, Eduardo; SERRA, Enio; GOMES, Marcus Vinícius. (Org.). **Geografias da Educação no Brasil: história, dinâmicas contemporâneas e perspectivas de futuro**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2025. 528p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GOMES, Marcus Vinicius Silva; SERRA, Enio. Por que falar sobre Geografia da Educação? **Giramundo**, v. 6, ed. 12, p. 149 - 151, 2019. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/2757>. Acesso em: 04 out. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas). Acesso em: 16 nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: população residente e situação do domicílio**. Tabela 10211. Sistema IBGE de Recuperação Automática –



- SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10211>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Claudia Luisa Zeferino. **Abordagens e práticas de pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 15-33. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149928>. Acesso em: 08 jun. 2025.
- PACHECO, Eliezer. Breves anotações sobre os institutos federais. In: PACHECO, Eliezer; FIORUCCI, Rodolfo (org.). **15 anos de institutos federais: história, política e desafios**. Foz do Iguaçu: ITAI, 2023.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Brasil, Século XXI - Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 8 ed. Porto Alegre: SPGG, 2024. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/>. Acesso em: 20 mai. 2025.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano V, n. 9, p. 103-109, 2000.
- SILVA, Leonardo Thompson da. **A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: regionalizações e reordenamento**. Salvador, 2018. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências (IGEO), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29449>. Acesso em: 18 set. 2023.
- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. A institucionalização dos processos de regionalização: reflexões teóricas e percepções empíricas desde o Rio Grande do Sul - Brasil. In: ETGES, Virgínia Elisabeta e CADONÁ, Marco André. (Org.). **Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016. p. 155-172.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- VIDOR, Alexandre; PACHECO, Eliezer; et al. Institutos Federais: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. In: PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3sBky9n>. Acesso em: 03 nov. 2023.